

# Coparentalidade aos 24 meses da criança: um estudo qualitativo

Coparentalidad a los 24 meses del niño: un estudio cualitativo  
Co-Parenting with 24-Month-Old Children: A Qualitative Study

Beatriz Schmidt

*Universidade Federal do Rio Grande*

Maitê Schneider

Rita de Cássia Sobreira Lopes

Cesar Augusto Piccinini

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

Doi: <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.8661>

## Resumo

O objetivo deste estudo foi investigar a coparentalidade aos 24 meses da criança. Trata-se de pesquisa qualitativa, da qual participaram 10 famílias nucleares, com um único filho. A mãe e o pai responderam entrevista sobre sua experiência de maternidade e paternidade, respectivamente. Essas entrevistas foram examinadas por análise temática dedutiva, considerando os temas componentes do modelo de coparentalidade de Feinberg: divisão de trabalho, acordo nos cuidados, apoio *versus* depreciação coparental e gerenciamento das interações

familiares. Os resultados revelaram que cuidados básicos e tarefas domésticas estavam sob responsabilidade predominantemente materna, enquanto o envolvimento paterno se dava sobretudo em atividades de lazer, tais como brincadeiras e passeios. Houve predomínio de relatos de satisfação quanto à divisão de trabalho. Sobre acordo nos cuidados, os participantes enfatizaram especialmente os desafios de negociar e estabelecer limites apropriados à criança aos 24 meses, visando à promoção das novas habilidades e da autorregulação infantil, bem como à prevenção de acidentes. Relatos

Beatriz Schmidt ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0003-2907-2297>

Maitê Schneider ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-3028-5364>

Rita de Cássia Sobreira Lopes ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-6433-1648>

Cesar Augusto Piccinini ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-4313-3247>

Agradecimentos: os autores agradecem ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e à Spencer Foundation, pelo apoio financeiro ao ‘Estudo Longitudinal de Porto Alegre: Da Gestação à Escola (ELPA), do qual o presente manuscrito é derivado. Os autores agradecem também ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul, pela concessão de bolsas de pesquisa. Os autores agradecem ainda aos pesquisadores que conceptualizaram e participaram da coleta e da organização dos dados do Projeto ELPA, bem como às famílias participantes.

Considerações Éticas: o Projeto ELPA recebeu aprovação do Comitê de Ética da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Resolução nº 2006596).

Dirigir correspondência à Beatriz Schmidt. Endereço: Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Avenida Itália, km 8, Bairro Carreiros, Rio Grande, RS, CEP 96203-900, Brasil. Correio eletrônico: [psi.beatriz@gmail.com](mailto:psi.beatriz@gmail.com).

Para citar este artigo: Schmidt, B., Schneider, M., Sobreira Lopez, R. C., & Piccinini, C. A. (2022). Coparentalidade aos 24 meses da criança: um estudo qualitativo. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 40(2), 1-17. <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.8661>

de apoio e de depreciação coparental coexistiram nas famílias. Assim, evidenciou-se respeito de um genitor às contribuições do outro, admiração e manutenção da autoridade, embora também culpabilização, crítica e competição entre a mãe e o pai. Quanto ao gerenciamento das interações familiares, houve predomínio de estratégias construtivas para resolução de conflitos, com destaque às conversações entre os genitores. Discutem-se aspectos gratificantes e desafiadores da coparentalidade aos 24 meses da criança, com ênfase aos estressores normativos nessa etapa do desenvolvimento infantil e às potencialidades dos genitores para enfrentá-los colaborativamente.

*Palavras-chave:* coparentalidade; relações familiares; desenvolvimento infantil.

## Resumen

El objetivo de este estudio fue investigar la coparentalidad a los 24 meses del niño. La investigación fue cualitativa y participaron 10 familias nucleares con un solo hijo. La madre y el padre respondieron una entrevista sobre su experiencia de maternidad y paternidad, respectivamente. Estas entrevistas fueron examinadas por análisis temático deductivo, considerando los temas componentes del modelo de coparentalidad de Feinberg: división del trabajo, acuerdo en el cuidado, apoyo vs. depreciación coparental y manejo de las interacciones familiares. Los resultados revelaron que los cuidados básicos y las tareas del hogar eran predominantemente responsabilidad materna, mientras que la participación paterna se producía principalmente en actividades de ocio como juegos y salidas. Hubo predominio de relatos de satisfacción con respecto a la división del trabajo. En cuanto a la concordancia en el cuidado, los participantes destacaron los desafíos de negociar y establecer límites adecuados para el niño a los 24 meses, con el objetivo de promover nuevas habilidades y la autorregulación del niño, así como la prevención de accidentes. Coexistieron relatos de apoyo y desvalorización. Así, se evidenció el respeto de uno de los padres por las contribuciones del otro, la admiración y el mantenimiento de la autoridad, aunque también reproches, críticas y

competencia entre la madre y el padre. En el manejo de las interacciones familiares, hubo predominio de estrategias constructivas para la resolución de conflictos, con énfasis en conversaciones entre padres. Se discuten los aspectos gratificantes y desafiadores de la coparentalidad de una crianza a los 24 meses de edad, con énfasis en los factores estresantes normativos en esta etapa del desarrollo y el potencial de los padres para enfrentarlos en colaboración.

*Palabras clave:* coparentalidad; relaciones familiares; desarrollo infantil.

## Abstract

The current study aimed to investigate co-parenting in children of 24 months of age. It was a qualitative study in which the participants were 10 nuclear families, each with an only child. The mother and father attended an interview about their experience of maternity and paternity, respectively. These interviews were examined using the deductive thematic analysis, considering the component themes of Feinberg's co-parenting model: division of labor, childrearing agreement, support versus undermining, and joint family management. The results revealed that essential childcare and household chores were predominantly under maternal responsibility, while paternal involvement was mainly in leisure activities such as play and strolls. Reports on satisfaction regarding the division of labor were predominant. Concerning the childrearing agreement, the participants particularly emphasized the challenges of negotiating and setting appropriate limits for the child at 24 months, aiming to promote new skills and self-regulation in the toddlers, as well as to prevent accidents. Reports of support and undermining coexisted in the families. Thus, respect of one parent for the contributions of the other, admiration and sustaining of authority, on the one hand, and blaming, criticism, and competition between mother and father, on the other, were evidenced. Regarding joint family management, there was a predominance of constructive strategies for conflict resolution with an emphasis on conversations between parents. Rewarding and challenging aspects of co-parenting at 24 months of age are discussed, highlighting the normative stressors at this

stage of child development and the potential of parents to cope with them cooperatively.

*Keywords:* Co-parenting; family relations; childhood development.

A chegada da criança à família implica uma série de transformações, em particular para a mãe e o pai, que precisam aprender a compartilhar os cuidados e se ajustar às novas demandas (Kotila & Schoppe-Sullivan, 2015; Schmidt, 2019b). A coparentalidade, que se refere à forma como os cuidadores se apoiam, coordenam e dividem responsabilidades em seus papéis parentais, emerge na transição para a parentalidade e é considerada um componente central do funcionamento familiar (Feinberg, 2003). Nas últimas duas décadas, diferentes estudos têm revelado que a coparentalidade se associa ao ajustamento psicológico dos filhos (Teubert & Pinquart, 2010) e dos genitores (Murphy et al., 2017), o que sugere a sua importância para o desenvolvimento individual dos membros da família e para as relações estabelecidas entre eles (Lamela et al., 2018).

Estudos sobre a coparentalidade se embasam sobretudo na teoria dos sistemas familiares (Frizzo et al., 2019; Murphy et al., 2017), sendo que diferentes modelos têm sido propostos para compreendê-la (Lamela et al., 2018; Sim, 2017). Dentre eles, destaca-se o Modelo de Estrutura Interna e Contexto Ecológico da Coparentalidade (Feinberg, 2003), o qual integra aspectos conceituais e resultados de pesquisas, na perspectiva de que a relação coparental influencia o ajustamento parental, a parentalidade e o desenvolvimento infantil. Conforme Feinberg (2003), a estrutura interna da coparentalidade é formada por quatro componentes: *divisão de trabalho* (forma como as responsabilidades e os cuidados referentes à criança são divididos e nível de satisfação quanto a isso); *acordo nos cuidados* (grau em que os genitores concordam ou discordam sobre tópicos relativos à criança, tais como necessidades emocionais, ex-

pectativas de comportamento e limites); *apoio versus depreciação coparental* (cooperatividade ou hostilidade entre os genitores); e *gerenciamento das interações familiares* (envolvimento triádico, comunicação e estabelecimento de fronteiras nas relações familiares). No que tange ao contexto ecológico, a coparentalidade também é influenciada por características individuais dos genitores, da dinâmica familiar e do ambiente em que a família está inserida (Feinberg, 2003). Dentre os modelos propostos para compreender a coparentalidade, esse é o que conta com maior evidência empírica (Lamela et al., 2018).

Tradicionalmente, em famílias com filhos pequenos, a coparentalidade envolve a dinâmica interacional da tríade mãe-pai-criança (Feinberg, 2003). Durante os primeiros meses após o nascimento, o foco da relação coparental é direcionado a suprir as necessidades básicas do bebê e mantê-lo seguro (Umemura et al., 2015). De certa maneira, esse pode ser um período de instabilidade na relação coparental, em função do estado de dependência do bebê, da sobrecarga de demandas parentais, bem como da necessidade de aprender novas habilidades e realinhar relacionamentos na família nuclear e com as famílias de origem, o que costuma gerar estresse aos genitores (Schmidt, 2019a). Entretanto, há uma tendência de estabilização da relação coparental em torno do sexto ao oitavo mês após o nascimento, período em que a mãe e o pai costumam se mostrar mais ajustados aos seus novos papéis como cuidadores e à dinâmica familiar com o bebê (Gallegos et al., 2019). Não obstante, ao longo da trajetória de vida dos filhos, os genitores experimentarão diferentes períodos de estabilidade e mudança na relação coparental, pois as demandas e os desafios são distintos a cada etapa do desenvolvimento (Augustin & Frizzo, 2015; Laxman et al., 2013).

Aos 24 meses de idade, por exemplo, a criança tende a apresentar maior autonomia para se locomover e se expressar verbalmente, buscando expandir seus vínculos afetivos e estabelecer sua

identidade (Gabriel et al., 2017). Isso implica a reorganização das interações familiares, incluindo a forma como a mãe e o pai se relacionam entre si, bem como com a criança (McHale et al., 2000). Conforme Laxman et al. (2013), à medida que a criança passa a desempenhar algumas atividades de forma mais independente, os genitores precisam incentivá-la a promover essas novas habilidades e, simultaneamente, prevenir acidentes. Portanto, a mãe e o pai comumente tentam estabelecer acordos sobre os limites apropriados e a maneira de comunicá-los à criança, o que requer que eles coordenem seus comportamentos em prol do desenvolvimento infantil. A qualidade da relação coparental em torno dos 24 meses se associa ao risco para ocorrência de problemas psicológicos futuros, notadamente porque, nessa etapa, a criança se torna mais consciente sobre as interações ao seu redor e pode captar a dinâmica pouco colaborativa entre os genitores (Umemura et al., 2015). Ademais, como o foco da relação coparental tende a se direcionar à socialização, discordâncias sobre os limites mais apropriados costumam surgir, de forma que a mãe e o pai podem emitir mensagens contraditórias, colocando a criança na desconfortável posição de escolher a quem obedecer ou, ainda, envolvendo-nos conflitos coparentais (Murphy et al., 2017).

Além disso, os genitores podem manifestar desacordo ou depreciação coparental por insegurança sobre as práticas de cuidado mais adequadas, quando um deles tende a priorizar a compreensão das necessidades e das motivações da criança, ao passo que o outro tende a se guiar pelas suas próprias metas e preocupações (Gallegos et al., 2019; McHale et al., 2000). Recentemente, no Brasil, nota-se a valorização de práticas orientadas a promover o bem-estar subjetivo e a autonomia da criança, em detrimento de práticas mais rígidas em termos de valores morais e controle comportamental, as quais foram historicamente predominantes nesse país, sobretudo até a década de 1980 (Seidl-de-Moura et al., 2013). Portanto, face às diferenças geracionais entre os genitores

e os filhos, bem como às distintas experiências de cuidado vivenciadas pela mãe e pelo pai em suas famílias de origem, é esperado que conflitos venham a ocorrer na relação coparental (Feinberg, 2003; Sim, 2017).

Conflitos também podem ser desencadeados pela divisão de trabalho. Durante os primeiros meses após o nascimento, a mãe costuma ser a principal responsável pelos cuidados básicos da criança e pelas tarefas domésticas (Kamp Dush et al., 2018; Raley et al., 2012). À medida que a criança se desenvolve e se torna mais autônoma, o pai tende a participar mais ativamente dos cuidados básicos (Gabriel et al., 2017), embora seu envolvimento se dê sobretudo em atividades de lazer, como brincadeiras e passeios (Lamb & Lewis, 2010; Vieira et al., 2017). Essa especialização na divisão de trabalho envolve aspectos culturais (Lamela et al., 2018), mostrando-se particularmente presente em sociedades com menor igualdade de gênero, como é o caso do Brasil (Schmidt, 2019b), o que pode impactar negativamente tanto a saúde mental das mulheres (Frizzo et al., 2019) quanto as oportunidades para elas no mercado de trabalho (Kamp Dush et al., 2018).

Apesar do crescente interesse pela coparentalidade nas últimas décadas (Lamela et al., 2018), estudos têm sido realizados predominantemente junto a famílias norte-americanas e europeias (Salman-Engin et al., 2018). Não obstante, Feinberg (2003) referiu a importância de investigar a coparentalidade em diferentes sociedades, para explorar aspectos culturais que potencialmente a influenciam. Isso pode ser realizado por meio de métodos qualitativos (Kotila & Schoppe-Sullivan, 2015), os quais são raros no que diz respeito à investigação da coparentalidade, visto que a maioria dos estudos adota métodos quantitativos, com uso de escalas e observações (Sim, 2017). Ademais, no Brasil, estudos sobre a coparentalidade têm focado notadamente no primeiro ano do bebê (p. ex., Frizzo et al., 2019; Pasinato & Mosmann, 2016; Schmidt, 2019a).

Diante do exposto, o objetivo do presente estudo foi investigar a coparentalidade aos 24 meses da criança. Trata-se de pesquisa qualitativa, que complementa estudo realizado anteriormente com os participantes do mesmo projeto de pesquisa, sobre a coparentalidade aos 3 meses do bebê. Os resultados do referido estudo, do qual participaram 26 famílias nucleares e com um único filho, revelaram que os cuidados do bebê estavam sob responsabilidade predominantemente materna aos 3 meses, sendo que a mãe parecia desempenhar uma função de guardiã da interação pai-bebê, por meio de comportamentos que facilitavam ou dificultavam o envolvimento paterno. As interações da tríade mãe-pai-bebê se davam sobretudo durante cuidados básicos (p. ex., hora do banho). Verbalizações de apoio ao papel coparental foram feitas tanto pela mãe quanto pelo pai, enquanto verbalizações de depreciação ao papel coparental foram feitas exclusivamente pela mãe. Nessa etapa do desenvolvimento infantil, os genitores demonstraram bom nível de comunicação para estabelecer acordos quanto aos cuidados do bebê e se ajustar aos novos papéis familiares. Assim, além de investigar a coparentalidade aos 24 meses da criança, o presente estudo também permitirá que se examine semelhanças e particularidades desse processo nas duas faixas etárias, identificando aspectos que promovem ou reduzem a estabilidade das relações coparentais ao longo do tempo.

## Método

### Participantes

Participaram deste estudo 10 famílias nucleares residentes na região metropolitana de Porto Alegre (capital do estado do Rio Grande do Sul, na região Sul do Brasil), totalizando 20 mães e pais entrevistados. Eles tinham um único filho (cinco crianças do sexo feminino e cinco do sexo masculino), com idade em torno de 24 meses, sem

problemas de saúde. As famílias integravam um estudo longitudinal mais abrangente, intitulado Estudo Longitudinal de Porto Alegre: Da Gestaçã à Escola, 1998-2012 – ELPA, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Resolução nº 2006596), e já haviam participado de outras cinco fases de coleta de dados (3º trimestre da gestaçã e aos 3, 8, 12 e 18 meses da criança). Dessas 10 famílias, oito estavam entre os participantes do estudo realizado anteriormente, sobre a coparentalidade aos 3 meses do bebê (Schmidt, 2019a). Para o presente estudo, foram selecionadas todas as famílias com um único filho, em que mãe e pai coabitavam e haviam respondido a todos os instrumentos aplicados aos 24 meses da criança.

A média de idade das mães foi de 25 anos ( $\geq 20$  e  $\leq 33$  anos) e a média de idade dos pais foi de 26 anos ( $\geq 20$  e  $\leq 38$  anos). O nível de escolaridade dos participantes era variado, tanto entre as mães (ensino fundamental:  $n=5$ ; ensino médio:  $n=3$ ; ensino superior:  $n=2$ ), quanto entre os pais (ensino fundamental:  $n=6$ ; ensino médio:  $n=3$ ; ensino superior:  $n=1$ ). O status ocupacional (Hollingshead, 1975) também era variado entre as mães (baixo status, p. ex., empregada doméstica:  $n=4$ ; status médio, p. ex., atendente de farmácia:  $n=3$ ; alto status, p. ex., química laboratorista:  $n=1$ ) e os pais (baixo status, p. ex., pedreiro:  $n=5$ ; status médio, p. ex. técnico administrativo:  $n=3$ ; alto status, p. ex. empresário:  $n=2$ ). No momento em que os dados foram coletados, duas mães não estavam inseridas no mercado de trabalho.<sup>1</sup>

### Procedimentos e Instrumentos

Conforme os procedimentos do Projeto ELPA, o convite às famílias para participação na pesquisa ocorreu durante a gestaçã, quando os participantes

<sup>1</sup> Para preservar a identidade e o sigilo dos participantes, os dados demográficos (p. ex., idade, escolaridade e ocupaçã) não foram apresentados individualmente para cada mãe e pai.

foram informados sobre os objetivos do estudo e responderam à Ficha de Contato Inicial, que buscava identificar se os critérios de inclusão na amostra eram atendidos, a saber, gestantes que não apresentavam intercorrências clínicas e que estavam esperando seu primeiro filho. Na sequência, agenda-se um encontro na residência da família, quando houve a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e a aplicação da Entrevista sobre Dados Demográficos da Família. Após as coletas de dados realizadas durante o 3º trimestre da gestação e aos 3, 8, 12 e 18 meses da criança, não utilizadas no presente estudo, as famílias foram novamente contatadas aos 24 meses da criança. Nessa fase, a mãe respondeu individualmente à *Entrevista sobre a Experiência da Maternidade* e o pai respondeu individualmente à *Entrevista sobre a Experiência da Paternidade*.

A *Entrevista sobre a Experiência da Maternidade* investigava sentimentos maternos, impressões da mãe sobre o pai da criança, sobre a rotina e as relações familiares, bem como sobre o crescimento, as competências e as características da criança. A *Entrevista sobre a Experiência da Paternidade* investigava sentimentos paternos, impressões do pai sobre a mãe da criança, sobre a rotina e as relações familiares, bem como sobre o crescimento, as competências e as características da criança. Ambas foram elaboradas para investigar uma vasta gama de aspectos sobre a parentalidade e, dentre as questões sobre a coparentalidade, destacam-se aquelas relativas a tarefas de cuidado realizadas por cada genitor e satisfação quanto a isso; organização da rotina familiar; forma como cada genitor percebia a maneira do outro se relacionar com a criança; e dificuldades vivenciadas pelos genitores nessa etapa do desenvolvimento infantil.

A aplicação das entrevistas separadamente com a mãe e o pai permitiu acesso a relatos independentes sobre experiências compartilhadas, de forma que as respostas de um genitor não sofreram influência imediata do outro genitor (Reczek, 2014). As entrevistas eram estruturadas e realizadas de

modo semidirigido. Os entrevistados eram incentivados a narrar suas vivências, ainda que relativas a aspectos não contemplados nas questões, contribuindo para a formação de uma perspectiva singular sobre cada família. Os entrevistadores eram estudantes de graduação e pós-graduação em Psicologia que integravam a equipe de pesquisadores do Projeto ELPA. As entrevistas tiveram duração aproximada de uma hora, foram audiogravadas e posteriormente transcritas.

## Resultados

Os dados foram examinados por meio de análise temática dedutiva (Braun & Clarke, 2006), considerando como temas os quatro componentes do modelo de coparentalidade de Feinberg (2003) referidos anteriormente: (1) divisão de trabalho; (2) acordo nos cuidados; (3) apoio *versus* depreciação coparental; e (4) gerenciamento das interações familiares. Buscando familiarização com os dados, a primeira autora desse artigo, doutora em Psicologia, e a segunda autora, estudante de graduação em Psicologia, leram as transcrições das entrevistas na íntegra e, após, classificaram de modo independente as respostas das mães e dos pais nos respectivos temas. Na sequência, dúvidas e discordâncias foram discutidas e resolvidas por consenso (cf., Leclère et al., 2014; Lotzin et al., 2015).

Embora a aplicação das entrevistas tenha sido realizada individualmente com cada genitor, partiu-se da perspectiva de que as concepções e os comportamentos de um genitor tendem a influenciar o outro e vice-versa, sendo que esses padrões interacionais afetam a dinâmica da relação coparental (Frizzo et al., 2019; Murphy et al., 2017; Schmidt, 2019a). Assim, para fim de análise dos dados, os relatos classificados em cada tema poderiam ter sido trazidos por apenas um dos genitores ou por ambos.

Apresenta-se, a seguir, os resultados separadamente para cada tema, ilustrando-os com relatos

dos participantes.<sup>2</sup> Para facilitar a exposição dos achados, a seguinte descrição foi utilizada em relação ao número de famílias que fizeram os relatos: uma/algumas famílias: 1 a 3; muitas famílias: 4 a 5; a maioria das famílias: 6 a 8; a grande maioria/todas as famílias: 9 a 10. A autoria dos relatos foi identificada pelas letras “M”, para mãe, e “P”, para pai, seguidas do número do caso (p. ex., M1, P1, M2, P2, e assim por diante).

### Divisão de trabalho

Todas as famílias apresentaram relatos sobre divisão de trabalho. Porém, na maioria delas, os cuidados básicos da criança e as tarefas domésticas estavam sob responsabilidade predominantemente da mãe. Isso foi justificado sobretudo em função da intensa carga horária do pai no emprego, comumente maior que a da mãe, nos casos em que ela trabalhava fora: “Eu chego oito e meia. É difícil. Até a hora de eu tomar banho, jantar, aí já ficou tarde, aí se perde um pouco [...] [A mãe] participa mais porque tá mais tempo junto com ela. Eu já tenho menos tempo” (P10). Outros motivos também foram referidos para o fato de as mães assumirem a responsabilidade primária pelos cuidados básicos da criança. Em algumas famílias, destacou-se, inclusive, a crença de maior competência feminina para essa função: “Ele não tá acostumado, não. Ele não sabe muito bem [...] Não tem paciência pra fazer, né? Daí, então, sou eu” (M1). Por outro lado, em algumas famílias o pai parecia se queixar quando era necessário assumir os cuidados em situações desafiadoras, o que talvez fizesse com que a mãe precisasse desempenhar essas atividades:

Ela me pedia: ‘Dá banho nele’. Eu ia dar banho e ele não queria [...] Não é que eu não queira, é que o único tempinho que eu tô de noite com ele em casa, um pouquinho, aí ele não quer fazer uma coisa e eu vou obrigar ele a fazer. Então fica ruim, porque o tempo que a gente vai ficar junto, vai dar um atrito entre nós (P9).

Em alguns casos em que a carga horária no emprego era intensa para ambos os genitores, os cuidados da criança eram compartilhados também com as avós: “Ele fica muito com a minha mãe, fica mais com a minha mãe do que com a gente [...] Como a gente mora muito longe, então eu fico 12 horas na rua. O [pai] fica umas 15 horas na rua” (M5). Em uma dessas famílias em que o tempo disponível em casa era restrito tanto para a mãe quanto para o pai, a divisão de trabalho se mostrou bem delimitada entre os genitores, sendo esse o único caso em que o pai parecia assumir sistematicamente tarefas domésticas: “Entre eu e a minha sogra, é a minha sogra [quem assume a maior parte das atividades de cuidado da criança]. Agora, quando tá eu e o [pai], sou eu” (M1); “Quando eu chego do serviço, todos os dias eu tomo o meu banho, faço a janta [...] Passo roupa, faço comida” (P1).

Ainda que os cuidados básicos da criança e as tarefas domésticas estivessem sob responsabilidade predominantemente materna na maioria das famílias, em muitos casos a mãe se mostrou satisfeita com a divisão de trabalho, pois o pai se envolvia quando estava em casa. Relatos sobre compartilhamento foram apresentados pela mãe:

Passo o dia inteiro em casa com ela. O [pai] só chega de noite. Mas de noite, geralmente é ele. A janta é com ele. As mamadeiras, de noite é com ele também. É assim, é dividido [...] Ele participa de tudo, né? Da brincadeira ao banho. Se precisar fazer o papá pra ela, ele faz. Tudo, tudo (M3).

E pelo pai: “Eu tô sempre junto com ele, no fim de semana e no final da tarde [...] Pra dar banho, tem que ser eu. Pra ir no banheiro também” (P8).

Em alguns casos, a mãe referiu maior proatividade paterna em comparação a etapas anteriores

<sup>2</sup> Muitos outros relatos dos participantes foram classificados em cada um dos temas, embora não tenham sido incluídos no presente estudo, por limitação de espaço. Por esse motivo, algumas citações também foram editadas, excluindo-se partes que não eram fundamentais para sua compreensão, o que foi marcado por [...]. Ademais, quando necessário para facilitar o entendimento, palavras e expressões foram acrescentadas entre colchetes.

do desenvolvimento: “Ele está se envolvendo mais agora [...] Não sei se é porque ela está falando. Fica mais fácil de entender o que ela quer” (M2); “Ele ajuda [...] Nem precisa pedir. Antigamente pedia, né? Agora não” (M7).

Entretanto, em algumas famílias apareceram relatos de insatisfação materna quanto à divisão de trabalho, visto que o pai não costumava se envolver nos cuidados da criança quando estava em casa: “Se não pedir, ele não ajuda [...] Às vezes eu solicito [...] ‘Ah, deixa pra depois, deixa assim mesmo’, ele fala [...] [Ele tem] preguiça de fazer uma comidinha, uma coisa assim. Ele é mais acomodado” (M6);

Às vezes ela solicita [ajuda]. Às vezes até eu faço corpo mole [...] Ela faz as coisas muito rápido e se eu vou fazer alguma coisa ou outra, eu já sou mais devagar. Aí até eu faço, mas aí às vezes ela terminou (P6).

Por outro lado, em algumas famílias em que a mãe se mostrava satisfeita com a divisão de trabalho, o pai referia que o compartilhamento poderia ser mais equânime: “Não digo que seja o bastante, sabe? Eu acredito que eu posso fazer até mais” (P1).

Em todas as famílias, o pai parecia particularmente envolvido em atividades de lazer com a criança, como brincadeiras e passeios: “[Brinco] desde a hora que eu chego em casa até a hora dela dormir. A gente só para mesmo pra jantar. Às vezes até ela dá uma chorada, porque a gente para de brincar pra ir papar” (P3); “Ele sai, os dois vão, saem pra rua e passeiam. Ficam dentro de casa e brincam” (M8). Em algumas famílias, a mãe referiu falta de tempo ou de disposição para se envolver em atividades de lazer: “Quando eu tô em casa, aí tem que fazer o serviço de casa. Não tenho muito tempo de ficar brincando [...] [O pai] brinca mais do que eu. Ele tem mais saco pra brincar do que eu” (M5). Em muitas famílias, houve relatos de que a criança convidava o pai para brincadeiras: “Ele fica me esperando de tarde, quando eu chego do serviço, ele fica com

um monte de carrinho na porta [...] Mal chego na porta, assim, ele: ‘Vamos brincar, pai’” (P8). As interações durante as brincadeiras, relacionadas também ao desenvolvimento da linguagem da criança, foram referidas por algumas famílias como mudanças em comparação a etapas anteriores do desenvolvimento infantil: “Fase que a gente tá começando, começando não, a gente tá se comunicando. Ele pede as coisas, ele diz o que ele quer fazer: ‘Papai, vamos jogar bola?’ [...] Converso com ele e ele responde” (P9).

### **Acordo nos cuidados**

Relatos sobre acordos nos cuidados foram apresentados em todas as famílias. Os tópicos em que mãe e pai concordavam ou discordavam variaram entre limites, expectativas sobre comportamento da criança e cuidados básicos.

A grande maioria das famílias mencionou aspectos relativos a limites, sugerindo que se tratavam de importantes desafios enfrentados pela mãe e pelo pai nessa etapa do desenvolvimento. Os principais pontos de discordância envolveram a forma como um dos genitores lidava com a criança em situações de colocação de limites ou manejo de comportamentos inapropriados, a qual era considerada inadequada pelo outro genitor: “Ela grita com a [filha]. É aquela história: se tu criar uma pessoa gritando no ouvido da pessoa, é uma pessoa que vai se criar gritando nos ouvidos dos outros. Ou vai se criar nervosa [...] Eu procuro conversar com ela. A mãe dela fica braba, grita com ela” (P1);

Ele não sabe como dizer pra ela ‘não’. Então, ele explode naquele primeiro momento: ‘Não, não faz e pronto!’ [...] Tento argumentar com ele: ‘porque ela é uma criança, ela não tem capacidade de entender ainda, ela não sabe distinguir o que é certo e tu já é um adulto. Então, tu é que tem que te controlar’ (M3).

Além das discordâncias sobre como lidar com a criança em situações desafiadoras, alguns genitores discordavam sobre os limites propriamente ditos,



o que sugere que eles tinham concepções diferentes acerca do que seria adequado:

“[O pai] não aceita que ele [filho] tem tal idade, que essa idade é que ele faz essas coisas [...] Tem que ser mais sensato pra idade dele. Tem coisas que não adianta, que é da idade, que ele vai fazer” (M5); “Eu sou liberal, eu deixo ele fazer as vontades dele [...] A [mãe] já não, a [mãe] briga” (P7).

Outro tópico referido por muitas famílias consistiu nas expectativas sobre o comportamento da criança. Nesse sentido, destacaram-se tanto relatos de acordo: “Palavrão, a gente nunca fala porque ela repete [...] A gente cuida bastante em relação a isso” (M3); quanto relatos de desacordo: “Algumas coisas, assim, que ele [pai] ensina ele [filho], que eu não quero [...] Umas músicas, uns palavrões, daqui a pouco ele começa a falar. Aí eu fico louca” (M8). Para a maioria das famílias, tópicos relativos a cuidados básicos, tais como o momento mais apropriado para fazer o desfralde ou as vestimentas a serem usadas no dia a dia, também envolveram concordâncias: “Com dois aninhos nós já íamos tirar a fralda. Aí nós esperamos mais um pouquinho, até para esquentar. Agora já está esquentando, agora eu acho que a gente já vai tirar a fralda” (P9); e discordâncias: “[O pai] bota lá qualquer coisa, às vezes até roupa nova, que não é pra botar. Eu fico furiosa: ‘Não é pra botar roupa nova pra brincar’. E ele já: ‘Nem vou vestir mais nada, bota tu’” (M7).

Em algumas famílias, em casos de desacordo, os genitores referiram que costumavam conversar para estabelecer acordos: “Dá algumas coisas [discordâncias], a roupa, se ela quer botar uma roupa e eu quero botar outra, entendeu? [...] Nós conversamos sobre isso, sobre a educação dele. Isso, né, a alimentação, o banho” (P8). Em particular, em algumas famílias os genitores definiram que se comunicariam a esse respeito preferencialmente na ausência da criança:

Quando ela [mãe] dá uma bronca ou tá ensinando alguma coisa, eu deixo, ou às vezes até ela pede pra mim, ela chama: ‘Não é, papai?’. A gente

usa bastante isso de concordar com as coisas, não se enfrentar na frente dela [filha], pelo menos. Quando [a mãe] não concorda com alguma coisa, ela vem, fala pra mim, sem [a filha] ver, porque a gente combinou isso (P10).

Além disso, em algumas famílias, as conversas para estabelecer acordos estavam presentes já na gestação: “A gente comentava, quando a [mãe] tava grávida, comentava: ‘Ah, sei lá, se aparecer tal situação, o que tu faria?’” (P3).

### Apoio versus Depreciação Coparental

A grande maioria das famílias apresentou relatos de apoio ao papel coparental. Esses relatos evidenciaram, por exemplo, o respeito de um genitor às contribuições do outro:

[O pai] é bem mais participativo que eu em relação a brincadeira. Eu sou mais afetuosa, gosto de pegar no colo, fazer carinho, ensinar, assim, as coisinhas. E o [pai] já é mais do lado da brincadeira [...] Ele é super participativo e carinhoso (M3).

A afirmação das competências do genitor:

[Ele é um] modelo de pai [...] Quando ela precisa de um xingãozinho, ele sabe dar. Ele ajuda, ele troca, qualquer coisa que precisar ele sabe fazer e ele mesmo se esforça para aprender. Então, ele é um ótimo pai (M4).

E a manutenção da autoridade:

Não desrespeito ela [mãe]. Se ela falou alguma coisa, é aquilo ali e deu. Então, eu não procuro pegar a [filha] e passar a mão por cima, sabe, ela [a mãe] fala lá, eu já pego [a filha], e: ‘Vem pra cá, pro meu lado’. Não deixo ela [mãe] como a vilã da história (P2).

Ademais, a admiração de um dos genitores pela forma como o outro interagia com a criança parecia servir de modelo para a sua própria interação com a criança:

Ela [mãe] é muito carinhosa [...] Conversa, assim, explica o que ela tá fazendo pra [filha] [...] ‘Agora vou te dar um banho’, por exemplo [...] Eu

fazia porque eu achava legal que ela [mãe] fazia, né, conversar e explicar. Então, eu fazia também. Eu pegava e falava também (P10).

Em contrapartida, verbalizações sobre depreciação coparental também ocorreram na grande maioria das famílias. Nesse sentido, destacaram-se aspectos como culpabilização: “[O filho] tá gripado e eu vou reclamar pra ele [pai]. Ele começa a me xingar: ‘Bem feito, eu te falei [...] A culpa é tua, porque deixa o guri tomar banho e sair pra rua’” (M7); críticas: “Ele [pai] é muito chato. Ontem tinha um arranhão aqui nele [filho], já tava reclamando [...] Ele fica muito assim, ele incomoda muito se eu brigo [com a criança]” (M8); e competição, no sentido de desvalorizar o outro genitor para ganhar proximidade com a criança:

Deu a crisezinha de choro nele lá e tava todo mundo olhando na rua. Eu dizia: ‘Fica quietinho’, conversava e fazia carinho, tentava de todas as formas [...] De repente, peguei e meio que fiz assim, tipo um beliscãozinho, mas eu não apertei para machucar [...] O [pai] tirou ele do meu colo ligeiro: ‘É, porque tu vai ficar beliscando, não sei o quê’. Meio que pegou, assim: ‘Vem cá com o papai que a mamãe tá te beliscando. O papai não te belisca’ (M9).

Em algumas famílias, relatos de apoio e depreciação coexistiram sobre uma mesma situação. Por exemplo, casos em que um dos genitores criticava os comportamentos do outro, mas ao mesmo tempo o auxiliava a manejá-los:

Ela [mãe] chega irritada em casa. Aí se irrita com ela [filha], se irrita comigo, fica braba [...] Eu falo pra ela: ‘Vai tomar um banho, vai tomar um banho pra descansar. Se tu não quer falar comigo, tu não fala nada, fica quieta. Não fala com ninguém, fica quieta. Só te acalma’ (P1).

Além disso, em algumas famílias, falas mais apoiadoras foram apresentadas sobre os 24 meses da criança, em comparação a falas mais depreciativas referentes a etapas anteriores do desenvolvimento infantil: [O pai] tá bem mais participativo

agora [...] Ele gosta mais, ele tá mais junto” (M6); “Acho que ela [mãe] tomou juízo, né, porque antes ela não fazia as coisas, assim, deixava tudo atirado [desorganizado]. Agora mudou bastante, tá menos preguiçosa” (P7).

### **Gerenciamento das interações familiares**

Na grande maioria das famílias, mãe e pai trouxeram relatos sobre envolvimento conjunto com a criança. Em muitas delas, essas interações triádicas ocorriam sobretudo durante as noites e os finais de semana, nos momentos de lazer: “Fim de semana a gente leva ela na pracinha [...] A gente sai pra almoçar, às vezes passear também [...] A gente sai pra jantar juntos, nós três” (P3). Em algumas famílias, entretanto, as oportunidades para interações triádicas eram escassas mesmo nesses períodos, em função dos horários de trabalho dos genitores: “Quando ele chega de noite, se ele consegue chegar mais cedo, chega quase junto comigo. Mas é muito difícil. Eu folgo no domingo e ele folga durante a semana [...] Os três juntos mesmo, a gente não fica” (M5). Em algumas famílias, o envolvimento triádico ocorria quando um dos genitores solicitava auxílio ao outro para manejar algum comportamento da criança: “Então, [se eu] não consigo: ‘Vou chamar o teu pai’” (M7). Em uma dessas famílias, em particular, a mãe incentivou o pai a tomar a frente no gerenciamento da situação:

O [pai] estava lá, cuidando dele [...] O [filho] chamou: ‘Mamãe, mamãe, mamãe’. Ele trouxe e eu disse: ‘Tu tens que ser um pouco mais resistente, falar: ‘Vem com o papai, vamos conversar, não sei o quê’. Para não ficar aquela coisa, né, só a mamãe e vem correndo para a mamãe (M9).

Aspectos referentes à comunicação estiveram presentes nos relatos de muitas famílias, com destaque às estratégias construtivas de resolução de conflitos. Assim, foram descritas situações em que os genitores buscaram evitar a escalada negativa

do conflito em frente à criança, retomando a conversa em um momento mais oportuno:

Eu deixei passar, nós estávamos os três nervosos, e tal. Depois, eu cheguei e disse para ele [pai] assim: ‘Tu não fala isso, tu tá botando o [filho] contra mim’ [...] Tentei explicar, explicar, aí devagarinho ele meio que assimilou (M9).

Além disso, também houve verbalizações sugerindo que os genitores buscaram evitar o extravasamento das emoções negativas para a criança:

Quando um se altera demais, daí depois: ‘Ah, vai com calma’. Porque às vezes a gente tá nervoso por outra situação e a gente acaba passando pra ela [...] A gente tenta chamar a atenção quanto a isso, dizer: ‘Ó, tu tá meio nervosa, dá um tempo aí’ [...] A gente tenta atuar juntos (P10).

O estabelecimento de fronteiras externas à família também se fez presente nos relatos. Por exemplo, algumas famílias referiram os desafios enfrentados pelos genitores no estabelecimento de fronteiras na relação com os avós:

Eles tentam se meter e coisa, mas a gente meio que corta [...] A minha mãe faz tudo o que ela [filha quer. Aí não dá, porque ela tem que ter limite, tem que saber até onde ela pode ir (M2).

Em um dos casos, o pai auxiliava a mãe a lidar com a maior autonomia da criança nas interações com pares:

Nós levamos ela na pracinha do [restaurante] e só tinha maiorzinhos, as crianças maiores. Eu, louca de medo que ela se machucasse, e o [pai] me segurando. Ele: ‘Não, deixa. Deixa, que ela tem que aprender a se virar’. Eu fico com o coração na mão, mas eu tento não demonstrar pra ela, sabe? Eu: ‘Não, minha filha, vai. Vai brincar’ (M3).

## Discussão

Analisados em conjunto, os resultados do presente estudo revelaram semelhanças e particularidades entre as famílias no que diz respeito à coparentalidade aos 24 meses da criança. Sobre

a divisão de trabalho, em linhas gerais, ainda que os cuidados básicos estivessem sob responsabilidade predominantemente materna, os relatos evidenciaram maior participação paterna em comparação a etapas anteriores do desenvolvimento infantil. Esse achado pode ser explicado pelo fato de que, nos primeiros meses da criança, aspectos como a amamentação e o tempo de licença maternidade (maior que o tempo de licença paternidade no Brasil) tendem a fazer com que a mãe se envolva mais diretamente nos cuidados básicos (Schmidt, 2019b). Isso potencialmente contribui para que a mãe adquira maior habilidade ao desempenhar essas atividades e se torne mais sensível às necessidades da criança (Kamp Dush et al., 2018). Com menos prática, o pai pode se sentir menos confiante, o que reforça, mesmo que de forma não intencional, concepções tradicionais de gênero de que cuidados maternos são mais apropriados que cuidados paternos (Gallegos et al., 2019). À medida que o tempo passa e a criança se mostra mais autônoma, as rotinas de alimentação, higiene e sono costumam sofrer mudanças, o que faz com que a família se reorganize na divisão de trabalho, favorecendo o envolvimento paterno nos cuidados básicos, de acordo com as demandas específicas da idade (Gabriel et al., 2017), o que foi corroborado pelo presente estudo.

Os achados também revelaram que o pai parecia o genitor de referência para a criança em brincadeiras e passeios. Esse resultado está alinhado a estudos anteriores, que evidenciaram maior envolvimento paterno em atividades de lazer em comparação a cuidados básicos (Gabriel et al., 2017; Lamb & Lewis, 2010). Ademais, o fato de a criança ativamente buscar o pai para brincadeiras e passeios sugere o prazer dela nessas interações. Assim, o circuito de retroalimentação ou feedback positivo que se estabelece entre a criança e o pai durante as atividades de lazer também pode influenciar a divisão de trabalho entre os genitores (Schmidt, 2019b), associando-se ao maior envolvimento do pai em brincadeiras e passeios, em comparação à

mãe. Além disso, aos 24 meses, a criança tende a se mostrar mais responsiva, comunicativa e móbil, o que facilita a interação dela com o pai (Gabriel et al., 2017). Em geral, o pai tende a incentivar a criança à exploração do mundo externo, encorajando-a a correr riscos ao mesmo tempo em que oferece proteção, por meio do estabelecimento de limites (Vieira et al., 2017). Isso contribui para a promoção da autonomia e do autocontrole, favorecendo o desenvolvimento social e físico na infância (Paquette et al., 2013). Nesse sentido, o pai pode se tornar a figura de referência da criança na exploração do mundo externo, embora esse papel não deva ser compreendido como exclusivamente paterno (Paquette et al., 2013; Vieira et al., 2017). Assim, destaca-se a importância de se compreender as diferenças entre os comportamentos maternos e paternos, sem produzir desigualdades ou universalizar padrões relacionais.

Os resultados do presente estudo revelaram a falta de tempo ou de disposição da mãe para se envolver em atividades de lazer com a criança, o que pode se associar também à sobrecarga de tarefas domésticas, que apareceram sob responsabilidade predominantemente materna. Assim, nos períodos em que a mãe se encontrava em casa e não estava envolvida nos cuidados da criança, sua atenção parecia se voltar às tarefas domésticas. A fraca participação do pai nas tarefas domésticas pode ser explicada por elas serem consideradas atribuições tipicamente femininas na cultura brasileira (Madalozzo & Blofield, 2017). Portanto, ainda que ambos os genitores avaliem como sendo desagradável a realização de tarefas domésticas e tendam a evitá-las, as mulheres parecem mais inclinadas ou, até mesmo, socialmente cobradas a assumi-las, em função das expectativas sobre papéis de gênero (Raley et al., 2012).

Apesar da divisão de trabalho entre os genitores não parecer igualitária, houve predomínio de relatos de satisfação. Em linhas gerais, isso sugere que as expectativas maternas e paternas estavam sendo atendidas (Feinberg, 2003). Um

dos componentes da coparentalidade mais sensível às etapas do desenvolvimento infantil é a divisão de trabalho (Kotila & Schoppe-Sullivan, 2015). Nesse sentido, em contraste com estudo anterior dos mesmos autores (Schmidt, 2019a), o qual investigou a coparentalidade aos 3 meses do bebê e utilizou praticamente os mesmos casos, a insatisfação materna com a divisão de trabalho pareceu menos proeminente aos 24 meses da criança. A tendência de maior interação do pai com a criança à medida que ela se desenvolve (p. ex., por meio de brincadeiras) pode mudar as percepções maternas sobre as contribuições paternas e, por conseguinte, reduzir a insatisfação da mãe com a divisão de trabalho (Feinberg, 2003). Além disso, nas famílias participantes do presente estudo, a intensa carga horária de trabalho do pai parecia consistir em um entrave ao compartilhamento mais igualitário (Kamp Dush et al., 2018). Porém, em muitos casos o pai tendia a se envolver com a criança quando estava em casa, revelando flexibilidade de papéis, pois os genitores assumiam juntos ou se revezavam nas atividades conforme a necessidade, o que se associa à satisfação com a divisão de trabalho (Feinberg, 2003; Pasinato & Mosmann, 2016).

Quanto ao acordo nos cuidados, destacaram-se tópicos como limites, expectativas sobre comportamento e cuidados básicos, o que corrobora a literatura sobre a temática (McHale et al., 2000; Umemura et al., 2015). Dentre esses tópicos, mãe e pai enfatizaram especialmente os desafios de negociar e estabelecer limites apropriados aos 24 meses de idade. Nessa etapa do desenvolvimento, a criança frequentemente apresenta maior autonomia para se locomover e condições para verbalizar seus desejos ou mesmo contrapor diretivas dos genitores (McHale et al., 2000). Assim, é importante que mãe e pai alinhem o modo de interagir entre si e com a criança, para promover as novas habilidades e a autorregulação infantil, bem como para prevenir acidentes (Laxman et al., 2013). No presente estudo, houve relatos de desacordos sobre a colocação de limites, sugerindo que, por vezes, enquan-

to um dos genitores buscava se orientar em torno das motivações da criança, o outro considerava que regras mais claras deveriam ser estipuladas e seguidas. Ainda quando ambos concordavam sobre os limites propriamente ditos, foram referidos desacordos quanto à forma de apresentá-los à criança, o que revela pontos de vista diferentes sobre a comunicação nas interações familiares.

Desacordos são de certa maneira esperados na relação coparental, pois as atitudes dos genitores derivam, em parte, de suas diferentes experiências nas famílias de origem (Feinberg et al., 2003; Sim, 2017). Ademais, considerando a tendência recente de mudanças das práticas parentais no contexto brasileiro, na direção de uma criação menos rígida e coercitiva (Seidl-de-Moura et al., 2013), é possível que os genitores se sintam inseguros sobre questões envolvendo limites e, portanto, manifestem desacordos a esse respeito. Contudo, há de se destacar que divergências sobre práticas parentais consideradas violentas, as quais foram mencionadas por participantes do presente estudo, não devem ser compreendidas simplesmente como desacordos no que se refere a expectativas de comportamento e limites. Assim, tal como destacado por um dos revisores do presente artigo, a quem agradecemos, para além de desacordos, práticas parentais consideradas violentas, ainda que historicamente naturalizadas no Brasil, sobretudo até a década de 1980 (Seidl-de-Moura et al., 2013), devem ser compreendidas como expressão real da vitimização da criança, com consequências negativas para o seu desenvolvimento.

Ainda no que se refere aos desacordos, a maior participação paterna também pode se associar à ocorrência deles aos 24 meses da criança, já que nos meses iniciais, talvez a mãe tomasse mais decisões sozinha, pois o foco da atenção era voltado principalmente aos cuidados básicos, em comparação à socialização da criança (Umemura et al., 2015), o que se acentua nos meses seguintes. Assim, no presente estudo, desacordos se mostraram mais proeminentes aos 24 meses, em contraste com os

3 meses do bebê, assim como os limites não apareceram enfatizados pelos genitores naquela etapa do desenvolvimento (Schmidt, 2019).

Logo, as demandas que os genitores enfrentam com relação à criança mudam ao longo do tempo, causando variações na qualidade da relação coparental (Augustin & Frizzo, 2015). Isso reforça a importância das habilidades de comunicação e resolução de conflitos entre a mãe e o pai, com vista à negociação de acordos, o que se faz constantemente necessário durante o processo de desenvolvimento dos filhos (Feinberg, 2003; Pasinato & Mosmann, 2016). Por exemplo, a meta-análise conduzida por Teubert e Pinquart (2010) revelou que dificuldades persistentes na negociação de acordos entre os genitores tendem a se associar a problemas de comportamento internalizante e externalizante em crianças. No presente estudo, entretanto, apesar de relatos de desacordos, destacaram-se também relatos de conversações para negociação de acordos, o que em alguns casos parecia ocorrer na ausência da criança, buscando preservá-la de interações potencialmente conflitivas entre os genitores. Em linhas gerais, isso sugere que a mãe e o pai tendiam a se comunicar em busca de adaptação às demandas emergentes ao longo do tempo, o que contribuiu para o desenvolvimento infantil mais adaptativo (Teubert & Pinquart, 2010).

Relatos de apoio ao papel coparental foram apresentados na grande maioria das famílias no presente estudo. Nesse sentido, evidenciou-se respeito de um genitor às contribuições do outro, admiração e afirmação das competências, bem como manutenção da autoridade. Por outro lado, também apareceram relatos de depreciação ao papel coparental na grande maioria das famílias, revelando que culpabilização, crítica e competição pareciam presentes nas interações triádicas. Diferentes estudos têm sugerido que apoio e depreciação podem coexistir nas relações familiares (Frizzo et al., 2019; Murphy et al., 2017), de modo que talvez não se trate de polos opostos em um contínuo, mas sim de construtos independentes, embora associados (Feinberg, 2003).

Ademais, alguns relatos depreciativos apresentados pelos genitores pareciam relacionados à insegurança quanto à forma mais apropriada de lidar com a criança (p. ex., situações envolvendo o manejo de comportamentos inapropriados), o que revela os desafios típicos dessa etapa do desenvolvimento infantil (McHale et al., 2000; Umemura et al., 2015). Conforme Umemura et al. (2015), por volta do segundo ano de vida, a criança tende a se tornar mais consciente sobre as interações em seu meio, podendo captar a dinâmica coparental e perceber se os genitores se mantêm uníssonos ou emitem mensagens conflitantes, quando se relacionam com ela. Em particular, a competitividade, evidenciada no presente estudo quando um dos genitores tendia a desvalorizar o outro para ganhar proximidade com a criança, costuma desencadear conflitos internos na criança, ao colocá-la na desconfortável posição de ter que decidir a quem obedecer ou se vincular, o que pode ser prejudicial ao seu desenvolvimento socioemocional (Murphy et al., 2017; Umemura et al., 2015).

No presente estudo, relatos depreciativos foram apresentados por ambos os genitores. Esse é um resultado que chama a atenção, em contraste aos achados anteriores com os participantes do mesmo projeto, em estudo que investigou a coparentalidade aos 3 meses do bebê (Schmidt, 2019a). Naquela etapa do desenvolvimento, a depreciação ao papel coparental foi identificada nas verbalizações maternas, mas não paternas. O fato de que durante os primeiros meses após o parto as mães costumam ficar mais envolvidas nos cuidados do bebê, em função da amamentação e da licença maternidade, favorece a construção social de concepções relativas a mulheres como experts e homens como pouco qualificados para atender ao bebê (Gallegos et al., 2019; Kamp Dush et al., 2018). Visto que essas concepções socialmente construídas podem ser internalizadas, parece esperado que relatos depreciativos sejam apresentados sobretudo pela mãe nos primeiros meses de vida do bebê (Gallegos et al., 2019). Entretanto, à medida

que a criança se desenvolve e o pai participa mais ativamente, seja dos cuidados ou das atividades de lazer, seu senso de competência pode aumentar (Gallegos et al., 2019), fazendo com que ele passe mais facilmente a manifestar depreciação coparental. Ademais, o acúmulo de demandas e os estressores, ainda que normativos, presentes em famílias com filhos pequenos podem vulnerabilizar os genitores, tornando-os mais intolerantes e críticos um com o outro (Augustin & Frizzo, 2015).

No que tange às interações triádicas, no presente estudo, destacaram-se os momentos de lazer, em particular os passeios, bem como as situações em que um dos genitores solicitava auxílio ao outro para manejar algum comportamento da criança. Em contrapartida, os relatos maternos e paternos aos 3 meses do bebê (Schmidt, 2019a) revelaram interações triádicas sobretudo durante os cuidados básicos, em especial na hora do banho. Aos 24 meses, é possível que as aquisições referentes ao desenvolvimento físico e cognitivo da criança tornem relativamente menos complexa a execução de algumas atividades (Gabriel et al., 2017), tais como o banho, fazendo com que o engajamento conjunto da mãe e do pai seja considerado menos necessário nesses momentos. Outra possível explicação para a mudança nos contextos prioritários em que ocorriam as interações triádicas se relaciona ao aumento do interesse da criança em explorar o ambiente nessa faixa etária, aliado à necessidade dos genitores de prevenir riscos e oferecer proteção nesse processo (McHale et al., 2000).

Quanto à comunicação, os relatos revelaram principalmente estratégias construtivas de resolução de conflitos, com ênfase nas conversações entre a mãe e o pai, bem como na tentativa de evitar o extravasamento de tensões que pudessem influenciar negativamente a criança. Esses aspectos podem ser considerados potencialidades das famílias, pois conflitos ocorrem em todas as relações e, em geral, quando resolvidos por meio de estratégias construtivas, não tendem a acarretar prejuízos ao desenvolvimento infantil (Feinberg et al., 2003).

Segundo Sim (2017), nas relações coparentais, a comunicação de boa qualidade é importante para auxiliar os genitores a se compreenderem de forma mais empática, manterem-se conectados e sensíveis às necessidades da criança. Portanto, as conversações favorecem a tomada de decisões colaborativas, tanto em questões cotidianas quanto em eventos inesperados ou críticos. Nessa direção, destacaram-se conversações entre a mãe e o pai para ponderar vantagens e desafios de compartilhar os cuidados da criança com os avós e definir conjuntamente como gerenciar interferências da família ampliada sobre a família nuclear, bem como para flexibilizar fronteiras nas interações da criança com pares, no sentido de acolher as iniciativas dela e promover seu desenvolvimento físico e socioemocional.

### Considerações finais

O presente estudo investigou a coparentalidade aos 24 meses de vida da criança, revelando percepções maternas e paternas sobre estressores normativos nessa etapa do desenvolvimento infantil e potencialidades dos genitores para enfrentá-los colaborativamente. Por meio de entrevistas, deu-se voz a mães e pais, mostrando a diversidade de concepções e os desafios por eles experienciados na relação coparental. Apesar das contribuições, os participantes se limitaram a um número relativamente pequeno de famílias nucleares e com um único filho biológico. Portanto, é importante que outras configurações familiares sejam investigadas (p. ex., contextos de adoção, homoparentalidade e divórcio). Ademais, adotou-se análise temática dedutiva, com base no Modelo de Estrutura Interna e Contexto Ecológico da Coparentalidade (Feinberg, 2003), visando a eventual transferabilidade dos achados para contextos similares. Contudo, sugere-se que pesquisas futuras utilizem análise temática indutiva ou outras abordagens, tais como teoria fundamentada nos dados (*grounded theory*), o

que certamente permitirá novos avanços teóricos e contribuições para a prática, ao se considerar as particularidades do contexto sociocultural em que vivem as famílias.

Cabe destacar que mesmo entre famílias potencialmente funcionais (i.e., não-clínicas), foi possível identificar desdobramentos negativos derivados de estressores normativos, o que se evidenciou em particular sobre o desacordo e a depreciação coparental. Assim, os achados do presente estudo indicam a importância de se oferecer a mães e pais espaços de escuta e apoio, bem como eventualmente intervenções que favoreçam as relações coparentais. Essas intervenções podem ser voltadas ao fortalecimento de estratégias de comunicação, resolução de conflitos e apoio mútuo, necessárias para lidar com os diferentes desafios que surgem a cada etapa do desenvolvimento dos filhos. Isto se faz particularmente importante em contextos clínicos e de saúde, por meio de atendimentos a indivíduos, casais ou famílias, em que os profissionais podem atuar no sentido de prevenir a fragilização das relações coparentais, bem como a emergência de sintomas nos genitores e nas crianças, promovendo a cooperação em prol dos filhos e o clima de segurança emocional na família.

### Referências

- Augustin, D., & Frizzo, G. B. (2015). A coparentalidade ao longo do desenvolvimento dos filhos: estabilidade e mudança no 1º e 6º ano de vida. *Interação em Psicologia*, 19(1), 13-24. <https://doi.org/10.5380/psi.v19i1.29239>
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Feinberg, M. E. (2003). The internal structure and ecological context of coparenting: A framework for research and intervention. *Parenting: Science and Practice*, 3(2), 95-131. [https://doi.org/10.1207/S15327922PAR0302\\_01](https://doi.org/10.1207/S15327922PAR0302_01)

- Frizzo, G. B., Schmidt, B., Vargas, V., & Piccinini, C. A. (2019). Coparentalidade no contexto de depressão pós-parto: um estudo qualitativo. *Psico-USF*, *24*(1), 85-96. <https://doi.org/10.1590/1413-82712019240107>
- Gabriel, M. R., Polli, R. G., Dall'Agnol, L. F., Tudge, J., & Piccinini, C. A. (2017). Envolvimento paterno aos 24 meses de vida da criança. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, *33*, e33410. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e33410>
- Gallegos, M. I., Jacobvitz, D. B., Sasaki, T., & Hazen, N. L. (2019). Parents' perceptions of their spouses' parenting and infant temperament as predictors of parenting and coparenting. *Journal of Family Psychology*, *33*(5), 542-553. <https://doi.org/10.1037/fam0000530>
- Hollingshead, A. B. (1975). *Four-factor index of social status*. Unpublished manuscript, Department of Sociology, Yale University.
- Kamp Dush, C. M., Yavorsky, J. E., & Schoppe-Sullivan, S. J. (2018). What are men doing while women perform extra unpaid labor? Leisure and specialization at the transitions to parenthood. *Sex Roles*, *78*(11-12), 715-730. <https://doi.org/10.1007/s11199-017-0841-0>
- Kotila, L. E., & Schoppe-Sullivan, S. J. (2015). Integrating sociological and psychological perspectives on coparenting. *Sociology Compass*, *9*(8), 731-744. <https://doi.org/10.1111/soc4.12285>
- Lamb, M. E., & Lewis, C. (2010). The development and significance of father-child relationships in two-parent families. In M. E. Lamb (Ed.), *The role of the father in child development* (pp. 94-153). Wiley.
- Lamela, D., Morais, A., & Jongenelen, I. (2018). Validação psicométrica da Escala da Relação Coparental em mães portuguesas. *Avances en Psicología Latinoamericana*, *36*(3), 585-600. <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.5564>
- Laxman, D. J., Jessee, A., Mangelsdorf, S. C., Ross-miller-Giesing, W., Brown, G. L., & Schoppe-Sullivan, S. J. (2013). Stability and antecedents of coparenting quality: The role of parent personality and child temperament. *Infant Behavior and Development*, *36*(2), 210-222. <https://doi.org/10.1016/j.infbeh.2013.01.001>
- Leclère, C., Viaux, S., Avril, M., Achard, C., Chetouani, M., Missonnier, S., & Cohen, D. (2014). Why synchrony matters during mother-child interactions: A systematic review. *PLoS ONE*, *9*(12), e113571. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0113571>
- Lotzin, A., Lu, X., Kriston, L., Schiborr, J., Musal, T., Romer, G., & Ramsauer, B. (2015). Observational tools for measuring parent-infant interaction: A systematic review. *Clinical Child and Family Psychology Review*, *18*, 99-132. <https://doi.org/10.1007/s10567-015-0180-z>
- Madalozzo, R., & Blofield, M. (2017). How low-income families in São Paulo reconcile work and family? *Revista Estudos Feministas*, *25*(1), 215-240. <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n1p215>
- McHale, J. P., Kuersten-Hogan, R., Lauretti, A., & Rasmussen, J. L. (2000). Parental reports of coparenting and observed coparenting behavior during the toddler period. *Journal of Family Psychology*, *14*(2), 220-236. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.14.2.220>
- Murphy, S. E., Gallegos, M. I., Jacobvitz, D. B., & Hazen, N. L. (2017). Coparenting dynamics: Mothers' and fathers' differential support and involvement. *Personal Relationships*, *24*(4), 917-932. <https://doi.org/10.1111/pere.12221>
- Paquette, D., Coyl-Shepherd, D. D., & Newland, L. A. (2013). Fathers and development: New areas for exploration. *Early Child Development and Care*, *183*(6), 735-745. <https://doi.org/10.1080/03004430.2012.723438>
- Pasinato, L., & Mosmann, C. P. (2016). Transição para a parentalidade e a coparentalidade: Casais que os filhos ingressaram na escola ao término da licença-maternidade. *Avances en Psicología Latinoamericana*, *34*(1), 129-142. <https://doi.org/10.12804/apl34.1.2016.09>



- Raley, S., Bianchi, S. M., & Wang, W. (2012). When do fathers care? Mothers' economic contribution and fathers' involvement in child care. *American Journal of Sociology*, *117*(5), 1422-1459. <https://doi.org/10.1086/663354>
- Reczek, C. (2014). Conducting a multi-family member interview study. *Family Process*, *53*(2), 318-335. <https://doi.org/10.1111/famp.12060>
- Salman-Engin, S., Sümer, N., Sağel, E., & McHale, J. (2018). Coparenting in the context of mother-father-infant versus mother-grandmother-infant triangular interactions in Turkey. *Journal of Child and Family Studies*, *27*, 3085-3095. <https://doi.org/10.1007/s10826-018-1094-4>
- Schmidt, B., Arenhart, V. S., Lopes, R. C. S., & Piccinini, C. A. (2019a). Coparentalidade aos três meses de vida do bebê. *Psico*, *50*(1), Artigo e28043. <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2019.1.28043>
- Schmidt, B., Schoppe-Sullivan, S. J., Frizzo, G. B., & Piccinini, C. A. (2019a). A qualitative multiple case study of the division of labor across the transition to parenthood in South-Brazilian families. *Sex Roles*, *81*, 272-289. <https://doi.org/10.1007/s11199-018-0999-0>
- Seidl-de-Moura, M. L., Carvalho, R. V., & Vieira, M. L. (2013). Brazilian mothers' cultural models: Socialization for autonomy and relatedness. In M. L. Seidl-de-Moura (Ed.), *Parenting in South American and African contexts* (pp. 1-15). IntechOpen.
- Sim, C. T. (2017). Co-parenting conversation process: A qualitative study of Chinese Singaporean parents. *Journal of Family Therapy*, *39*(2), 217-237. <https://doi.org/10.1111/1467-6427.12140>
- Teubert, D., & Pinquart, M. (2010). The association between coparenting and child adjustment: A meta-analysis. *Parenting: Science and Practice*, *10*(4), 286-307. <https://doi.org/10.1080/15295192.2010.492040>
- Umamura, T., Christopher, C., Mann, T., Jacobvitz, D., & Hazen, N. (2015). Coparenting problems with toddlers predict children's symptoms of psychological problems at age 7. *Child Psychiatry & Human Development*, *46*(6), 981-996. <https://doi.org/10.1007/s10578-015-0536>
- Vieira, M. L., Crepaldi, M. A., Schmidt, B., Bossardi, C. N., Souza, C. D., Gomes, L. B., Backes, M. S., & Bueno, R. K. (2017). As bases das relações afetivas nos primeiros anos de vida: a relevância dos cuidados parentais. In M. A. Santos, D. Bartholomeu & J. M. Montiel (Eds.), *Relações interpessoais no ciclo vital: conceitos e contextos* (pp. 13-24). Vetor.

**Recebido: junho 12, 2020**

**Aprovado: julho 13, 2022**

